

## **P5\_TA(2002)0173**

### **Situação no Médio Oriente**

#### **Resolução do Parlamento Europeu sobre o Médio Oriente**

*O Parlamento Europeu,*

- Tendo em conta a sua Recomendação ao Conselho de 13 de Dezembro de 2001 referente à crise no Médio Oriente e ao papel da União Europeia na região<sup>1</sup>, a sua Resolução de 7 de Fevereiro de 2002 sobre o Médio Oriente<sup>2</sup> e a sua Resolução de 20 de Março de 2002 sobre os resultados do Conselho Europeu de Barcelona de 15 e 16 de Março de 2002<sup>3</sup>,
- A. Profundamente chocado com a escalada da tragédia humana vivida pelos povos israelita e palestino,
- B. Persuadido de que apenas um retorno à mesa das negociações reabrirá a perspectiva de dois Estados, Israel e Palestina, co-existirem em paz e segurança,
- C. Profundamente preocupado com os confrontos na fronteira com o Líbano, que podem generalizar-se a toda a região,
- D. Considerando que o conflito no Médio Oriente, se prosseguir, constituirá fonte de crescente tensão nos países árabes e do agravamento da situação política e económica internacional,
  1. Manifesta o seu apoio às Resoluções 1397, 1402 e 1403 do Conselho de Segurança das Nações Unidas que exigem a retirada do exército israelita dos territórios palestinos, incluindo Ramallah; exige a sua plena e imediata implementação e o fim de toda a violência;
  2. Condena firmemente todos os ataques terroristas indiscriminados perpetrados por extremistas palestinos contra civis; exorta a Autoridade Palestiniana a envidar maiores esforços para evitar actos terroristas;
  3. Condena a escalada militar prosseguida pelo governo Sharon, que viola o direito internacional e humanitário e não proporcionará qualquer solução eficaz para os atentados terroristas, e condena a opressão da população civil palestina pelo exército israelita e a destruição sistemática das infra-estruturas na Cisjordânia;
  4. Chama a atenção do governo israelita para a necessidade de permitir que Yasser Arafat, Presidente democraticamente eleito da Autoridade Nacional Palestiniana, possa circular livremente, e considera inaceitável a sua situação de prisão domiciliária de facto;
  5. Condena a recusa do primeiro-ministro Ariel Sharon a autorizar a delegação de alto nível da UE a encontrar-se com o Presidente Arafat e considera que o governo israelita deve aproveitar os esforços genuínos da Europa para encontrar uma solução para a crise,

---

<sup>1</sup> Textos Aprovados, ponto 7.

<sup>2</sup> P5\_TA (2002)0054.

<sup>3</sup> P5\_TA (2002)0137.

nomeadamente para a questão do terrorismo; considera que o tratamento ofensivo dispensado à delegação da União Europeia constitui um momento crítico das relações de Israel com a Europa;

6. Salienta a importância da reunião em Madrid entre a UE, os Estados Unidos, a Rússia e o Secretário-Geral das Nações Unidas para discutir a situação actual, e congratula-se com a iniciativa da Presidência do Conselho; solicita que sejam previstas medidas no tocante ao envio de uma força internacional de interposição e de observação para a região, sob a égide da ONU; exorta os Estados-Membros a prepararem desde já o seu contributo para essa força;
7. Convida o Conselho a instituir um embargo de vendas de armamento a Israel e à Palestina;
8. Solicita ao Conselho e à Comissão que convoquem com urgência o Conselho de Associação UE-Israel para aí apresentarem a sua posição ao governo israelita e o exortarem a cumprir as últimas resoluções da ONU e a corresponder positivamente aos esforços actualmente envidados pela UE para conseguir uma solução pacífica do conflito; insta a Comissão e o Conselho, neste contexto, a suspenderem o Acordo de Associação euro-mediterrânico entre a UE e Israel;
9. Sublinha a responsabilidade especial dos Estados Unidos nesta crise, principalmente devida à sua influência sobre a política israelita, e apoia a decisão de enviar uma delegação americana de alto nível à região com o objectivo de retomar as conversações entre as duas partes e pôr termo à violência;
10. Congratula-se com o apoio da Liga Árabe à proposta saudita, que deve constituir uma base de discussão para um acordo de paz duradouro entre Israel e a Palestina, e convida o governo de Israel a reconhecer este ponto de viragem na atitude dos Estados árabes em relação ao conflito;
11. Condena com veemência os recentes actos anti-semitas ocorridos na Europa, tais como os ataques a sinagogas, escolas e cemitérios judaicos;
12. Manifesta o seu pleno apoio aos israelitas, aos palestinianos e às organizações internacionais que trabalham em prol da paz a todos os níveis, incluindo os reservistas israelitas que recusam servir nos territórios ocupados, e, em especial, expressa a sua simpatia e apoio às coligações Israelo-Palestinianas para a paz;
13. Solicita a Israel que garanta o livre acesso dos meios de comunicação social aos territórios ocupados e que autorize as autoridades diplomáticas e consulares da UE a contactar com os cidadãos da UE que se encontram na zona;
14. Encarrega o seu Presidente de transmitir a presente resolução ao Conselho, à Comissão, ao Governo e ao Parlamento de Israel, ao Presidente da Autoridade Nacional Palestiniana e ao Conselho Legislativo Palestino, bem como ao Secretário-Geral das Nações Unidas, ao Presidente e ao Congresso dos EUA e ao Secretário-Geral da Liga Árabe.